

RACISMO AMBIENTAL E PLANEJAMENTO TERRITORIAL: CONFLITOS FUNDIÁRIOS E DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS EM ERECHIM (RS)

***Juçara Spinelli¹, Marvin Davi Rojeski², Daniella Reche³, Pedro Henrique
Cavalleri⁴, Heloísa Klumb⁵.***

¹Universidade Federal da Fronteira Sul/Programa de Pós-Graduação em Geografia, ERS 135 – Km 72, nº 200 – CEP: 99700-970 – Erechim-RS, Brasil, jucara.spinelli@uffs.edu.br.

²Universidade Federal de Santa Catarina/Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Campus Trindade, 476 – CEP: 88040-900 – Santa Catarina-SC, Brasil, marvinrojeski@outlook.com.

³Universidade Federal da Fronteira Sul/Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, ERS 135 – Km 72, nº 200 – CEP: 99700-970 – Erechim-RS, Brasil, daniellareche@uffs.edu.br.

⁴Universidade Federal da Fronteira Sul/Curso de Graduação em Geografia, ERS 135 – Km 72, nº 200 – CEP 99700-970 - Erechim-RS, Brasil, pedro.cavalleri@estudante.uffs.edu.br.

⁵Universidade Federal da Fronteira Sul/Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, ERS 135 – Km 72, nº 200 – CEP 99700-970 – Erechim-RS, Brasil, helois.klumb@estudante.uffs.edu.br.

O presente trabalho analisa as inter-relações entre racismo ambiental, conflitos fundiários urbanos e planejamento territorial, a partir das favelas e comunidades urbanas (IBGE, 2022) e do zoneamento do uso do solo em Erechim (RS). Parte-se da compreensão de que o racismo ambiental constitui um elemento estruturante da produção desigual do espaço urbano brasileiro, incidindo de forma desproporcional sobre populações negras, periféricas e de baixa renda, por meio de políticas seletivas, omissões estatais e intervenções legitimadas pelo discurso ambiental. Nesse sentido, busca-se articular evidências empíricas da segregação socioespacial ao debate sobre justiça ambiental e planejamento territorial.

A pesquisa adota uma abordagem tanto qualitativa quanto quantitativa, de caráter bibliográfico e documental, fundamentada na geografia urbana crítica e nos estudos sobre racismo estrutural. Foram analisados referenciais sobre racismo ambiental e suas expressões territoriais, além de dados populacionais, imobiliários e sobre favelas e comunidades urbanas (IBGE, 2022). A análise mobiliza os conceitos de produção do espaço, segregação socioespacial e direito à cidade.

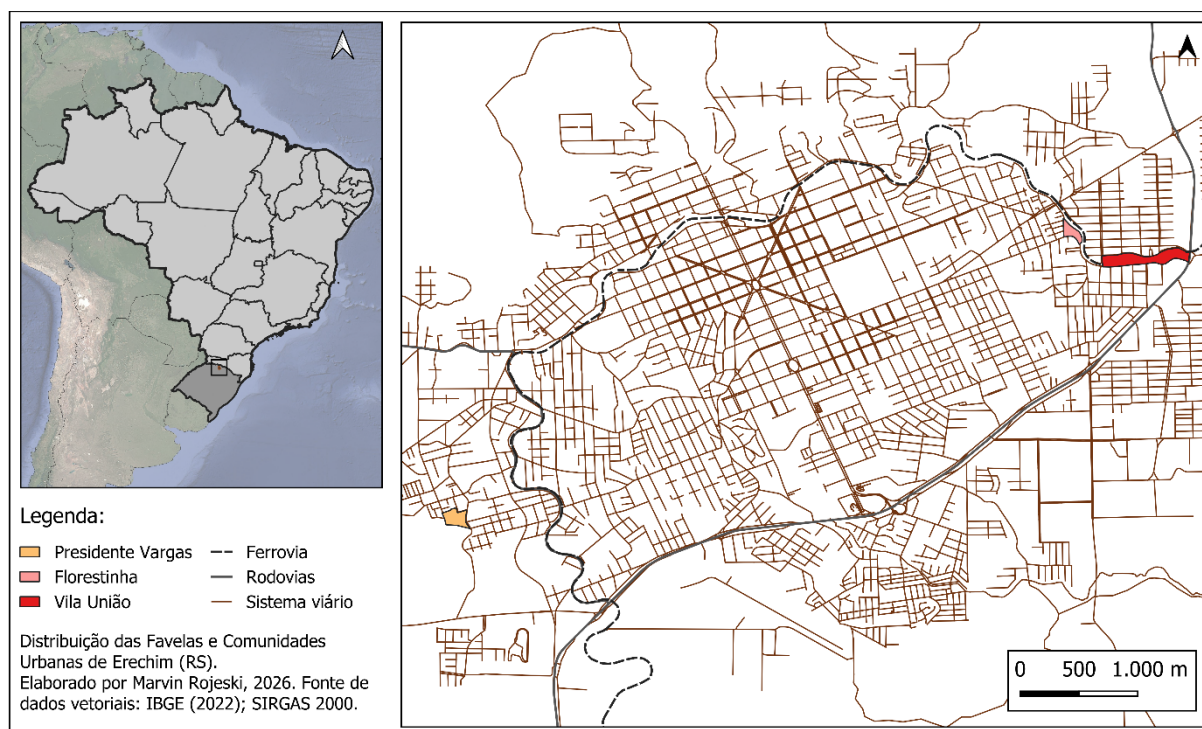
Souza (2024), ao analisar o bairro Campos Elíseos, em Duque de Caxias (RJ), demonstra como decisões políticas associadas à flexibilização de legislações ambientais e urbanísticas produzem impactos cumulativos sobre populações negras e periféricas, evidenciando o papel do Estado como agente regulador e, simultaneamente, facilitador de processos de exclusão. De modo complementar, Pires (2024) evidencia que ameaças de remoção em favelas do Rio de Janeiro, justificadas por riscos ambientais ou intervenções urbanísticas, incidem prioritariamente sobre territórios populares, convertendo o discurso ambiental em instrumento de controle territorial.

Embora mais evidente em grandes metrópoles, essa dinâmica também se manifesta em cidades médias. Em Erechim (RS), com 105.705 habitantes (IBGE, 2022), a valorização fundiária seletiva e a elevação dos preços imobiliários configuram um fator central na produção de desigualdades (Rojeski; Spinelli; Lima, 2023). Os

autores, ao analisarem as ofertas imobiliárias relativas aos anos de 2005, 2010, 2015 e 2020, evidenciam a concentração de preços elevados em determinadas centralidades, em contraste com áreas desvalorizadas e precarizadas.

Esse processo reforça o papel do mercado imobiliário na produção do espaço urbano, restringindo o acesso à terra urbanizada e induzindo a ocupação de áreas periféricas e ambientalmente frágeis. Em Erechim, a presença de favelas e comunidades urbanas (IBGE, 2022) altamente densificadas, como Florestinha e Vila União (Figura 1 – a leste no mapa), evidencia essa dinâmica, uma vez que se localizam em áreas de vulnerabilidade, como as faixas adjacentes aos trilhos ferroviários, caracterizadas por precariedade habitacional e insegurança fundiária.

Figura 1 – Localização espacial das Favelas e Comunidades Urbanas de Erechim, RS.



Fonte: Organizado pelos autores (2026) a partir de IBGE (2022).

A permanência dessas comunidades por mais de duas décadas, sob insegurança jurídica e ameaças de remoção, evidencia as limitações das políticas de habitação e regularização fundiária (Rojeski, Spinelli e Lima, 2023). Embora o ordenamento territorial seja atribuição municipal, a morosidade dos processos compromete o direito à moradia e à cidade.

Segundo o IBGE (2022), Erechim possui 101.874 habitantes na área urbana, dos quais 1.117 residem em favelas e comunidades urbanas. A distribuição racial desses territórios evidencia a concentração de populações historicamente vulnerabilizadas, reforçando a dimensão racial da desigualdade urbana.

A análise indica que o racismo ambiental opera tanto pela exposição diferenciada a riscos quanto pela negação de direitos urbanos. A segregação socioespacial, nesse sentido, não é mero efeito do mercado, mas resultado de decisões políticas e econômicas que orientam o desenvolvimento urbano de forma seletiva. O planejamento territorial, quando dissociado das demandas sociais, tende a reproduzir hierarquias raciais e espaciais.

Conclui-se que racismo ambiental e conflitos fundiários expressam um mesmo processo de produção desigual do espaço urbano. No caso de Erechim, a valorização imobiliária e a localização das comunidades evidenciam a materialização da segregação socioespacial. O planejamento territorial, quando orientado por uma perspectiva crítica, pode constituir-se como instrumento de enfrentamento dessas desigualdades.

Referências

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/erechim>. Acesso: 05 mar. 2026.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Favelas e comunidades urbanas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-favelas-e-comunidades-urbanas.html>. Acesso em: 8 mar. 2026.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama do Censo 2022: indicadores – favelas e comunidades urbanas – Erechim/RS**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=4307005&tema=7>. Acesso em: 8 mar. 2026.

SOUZA, Pammella Casimiro de. Tecendo reflexões: territorialização e racismo ambiental, a partir de Campos Elíseos - Duque de Caxias. 2024. 169 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/23379#preview-link0>. Acesso em: 3 mar. 2026.

PIRES, Raquel Ferreira. **Racismo ambiental no Rio de Janeiro: conflitos fundiários e o papel do Estado na produção de desigualdades socioespaciais**. 2024. 60 f. Monografia (Graduação em Direito) – Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/26276>. Acesso em: 3 mar. 2026.

ROJESKI, Marvin Davi; SPINELLI, Juçara; LIMA, Érico Jonatan Oliveira de. Conflitos fundiários urbanos e o direito à cidade em Erechim-RS. *In*: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR), XX., 2023, Belém, PA. **Anais eletrônicos** [...] Belém: Anpur, 2023. Disponível em: <https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st05-22.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2026.